

SOMOS FEITOS DE VALORES



SUMÁRIO

Mensagem da Presidente	05	Notas Explicativas	20
Plano de Metas	06	Relatório da Auditoria	38
Relatório da Administração	07	Parecer do Conselho Fiscal	40
Demonstrações Contábeis	14	Diretoria e Conselhos	41



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.



Valores

- Respeito e Valorização das Pessoas
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Liderança Responsável
- Inovação e Simplicidade.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

RELATÓRIO ANUAL 2020



Rejane Silva de Almeida
Presidente

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Olá cooperados, membros dos Conselhos de Administração e fiscal, e demais colaboradores. O ano de 2020 foi marcado por uma pandemia mundial que atingiu a todos os níveis sociais e econômicos do mundo, e em especial o Brasil. Tivemos um ano de muitos desafios, mas com esforço, dedicação e capacidade de nossos colaboradores, diretores e conselheiros, chegamos as metas traçadas.

Vencidas estas etapas, chegou a hora de buscar o crescimento, aumentar nossa base, com observância rigorosa que tivemos até hoje aos nossos associados. Para o presente ano, foram traçadas metas arrojadas, principalmente no que se refere ao resultado financeiro da cooperativa. Nossos Diretores, Conselheiros e Colaboradores estão engajados para a realização dos objetivos estratégicos, contamos também com o apoio incondicional de nossos cooperados, que ao longo dos anos vêm aumentando significativamente suas transações Financeiras em nossa instituição, resultado do trabalho desenvolvido pela cooperativa para oferecer produtos e serviços adequados e competitivos.

A participação dos associados é elemento central para o desenvolvimento das cooperativas, sendo a cultura associativa um elemento de coesão e participação que fortalece o movimento cooperativista. Alicerçada nos princípios do cooperativismo, o Sicoob Credcoop, consolida-se como uma cooperativa sólida, que se diferencia dos demais agentes financeiros pela qualidade no relacionamento com seus cooperados, focando em soluções financeiras que permitam superar suas as expectativas.

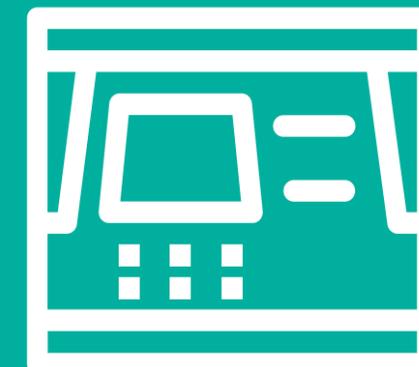
Nesses 24 anos de caminhada de nossa cooperativa construímos nossa missão “oferecer soluções financeiras adequadas, de qualidade e sustentáveis, agregando valor, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades”, a qual norteia nossas práticas diárias.

Agradeço a todos que nos acompanharam neste ano de 2020, e contamos com cada cooperado no ano de 2021, desejamos ser a principal instituição financeira de nossos associados.

Saudações Cooperativistas!

PLANO DE METAS 2021

1. Abrir Posto Comercial nas cidades de Jequié e Itapetinga;
2. Cumprir os percentuais de crescimento estabelecidos no planejamento estratégico;
3. Participar de projetos sociais junto ao Instituto Sicoob para o desenvolvimento de seus associados e da comunidade onde a cooperativa está inserida;
4. Promover a Educação Cooperativista e Financeira dos cooperados através de encontros e palestras;
5. Levar aos jovens universitários dos municípios da área de ação os princípios do cooperativismo financeiro e do capitalismo consciente;
6. Executar o plano de melhorias para o PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas;
7. Capacitar Conselheiros, Diretores e Empregados do Sicoob Credcoop;
8. Implementar o Programa de Gestão de Desempenho para desenvolvimento de competências dos empregados e sua valorização;
9. Implementação do Programa Felicidade Interna do Cooperativismo - (FIC).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de crédito SICOOB CREDCOOP LTDA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 28/10/2020 o SICOOB CREDCOOP completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDCOOP obteve um resultado positivo de R\$ 739.346,36 representando perda/sobra sobre o Patrimônio Líquido de 4,1%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 7.260.437,66. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 47.723.308,24 (sem provisão).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 47.723.308,24	100%
Carteira Rural	R\$ 0,00	0%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 9,5% da carteira, no montante de R\$ 4.517.499,65.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 25.316.911,38,

apresentaram uma involução/evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior 63,1%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 12.471.323,35	49%
Depósitos a Prazo	R\$ 12.845.588,03	51%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 30,4% da captação, no montante de R\$ 7.700.757,83

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDCOOP era de R\$ 15.463.514,09. O quadro de associados era composto por 4.142 Cooperados, havendo um acréscimo de 10,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDCOOP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e

salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDCOOP aderiram, em 2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos



direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDCOOP registrou sete manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das sete reclamações, três foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de

recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das

carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de

Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Vitória da Conquista/BA, 09 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

José Rodrigues Jones Neto
Diretor Operacional

Hamilton Moreira Santana
Conselheiro

Lourival Ferreira dos Santos Junior
Conselheiro

Silvânia Brito Araújo
Conselheira

Julivaldo Batista dos Santos
Conselheiro

Márcio Santos Aguiar
Conselheiro

Adriana Ferraz Chaves Meira
Conselheiro

Allen Krysthiano S. Figueiredo
Conselheiro

Juliano Azevedo Paim
Vice-Presidente



**DA SUA VITRINE PARA O
QUARTO DO CONSUMIDOR
EM POUCOS CLIQUES.**

E-COMMERCE SIPAG.

**A SOLUÇÃO DE PAGAMENTO IDEAL PARA
AJUDAR VOCÊ A VENDER PELA INTERNET.**

-  Solução para vendas em sites, aplicativos e redes sociais.
-  Praticidade e segurança para você e seu cliente.
-  Aceitação das principais bandeiras e parcelamento em até 12X sem juros.
-  Integração com os principais gateways de pagamento do mercado.
-  E muito mais!

**CONTE COM A GENTE PARA EXPANDIR O SEU NEGÓCIO E AUMENTAR SUAS VENDAS.
FALE COM O GERENTE DA SUA COOPERATIVA E CONHEÇA O E-COMMERCE SIPAG.**

CENTRAL DE RELACIONAMENTO SIPAG

Capitais: 3004 2013 . Demais localidades: 0800 757 1013

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 . Ouvidoria: 0800 646 4001

sipag.com.br

sipag SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE
PAGAMENTO

SICOOB
Faça parte.

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		58.129.393,29	39.598.470,20
Circulante		18.400.284,86	15.854.453,11
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.892.431,01	7.404.756,73
Disponibilidades	4	631.993,35	769.134,10
Centralização Financeira - Cooperativas	4	7.260.437,66	6.635.622,63
Instrumentos Financeiros	5	1.097.281,20	1.215.076,98
Títulos e Valores Mobiliários		1.097.281,20	1.215.076,98
Operações de Crédito	6	9.037.445,61	7.051.076,81
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		9.306.285,96	7.127.005,99
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(797.479,88)	(527.645,71)
Financiamentos		582.958,86	563.223,14
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(54.319,33)	(111.506,61)
Outros Créditos	7	342.951,27	155.886,77
Créditos por Avais e Fianças Honradas		177.397,83	133.446,11
Rendas a Receber		13.469,84	30.788,03
Diversos		285.272,12	79.122,73
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(133.188,52)	(87.470,10)
Outros Valores e Bens	8	30.175,77	27.655,82
Despesas Antecipadas		30.175,77	27.655,82
Não Circulante		39.729.108,43	23.744.017,09
Realizável a Longo Prazo		36.447.599,42	20.555.890,07
Operações de Crédito	6	36.429.189,97	20.540.411,56
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		36.438.420,74	20.284.532,13
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.323.251,36)	(921.515,31)
Financiamentos		1.395.642,68	1.348.889,55
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(81.622,09)	(171.494,81)
Outros Créditos	7	18.409,45	15.478,51
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		18.409,45	15.478,51
Permanente		3.281.509,01	3.188.127,02
Investimentos	9	2.586.207,25	2.421.202,80
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.544.439,56	1.445.976,16
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		1.041.767,69	975.226,64
Imobilizado de Uso	10	685.741,81	761.915,56
Imobilizado de Uso		1.245.272,86	1.210.705,72
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(559.531,05)	(448.790,16)
Intangível	11	9.559,95	5.008,66
Ativos Intangíveis		81.773,57	73.611,67
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(72.213,62)	(68.603,01)

Total do Ativo		58.129.393,29	39.598.470,20
PASSIVO		40.213.926,58	23.393.482,16
Circulante		30.111.875,78	18.540.397,28
Depósitos	12	25.316.911,38	15.521.445,78
Depósitos à Vista		12.471.323,35	6.288.498,00
Depósitos à Prazo		12.845.588,03	9.232.947,78
Relações Interdependências	13	355.105,00	89.261,72
Recursos em Trânsito de Terceiros		355.105,00	89.261,72
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	3.397.163,53	1.881.083,53
Emprestimos No País - Outras Instituicoes		3.397.163,53	1.881.083,53
Outras Obrigações	15	1.042.695,87	1.048.606,25
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.1	23.487,02	15.959,47
Sociais e Estatutárias	15.2	152.338,78	71.904,02
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	15.3	72.625,59	67.723,07
Diversas	15.4	794.244,48	893.019,69
Não Circulante		10.102.050,80	4.853.084,88
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	10.102.050,80	4.853.084,88
Emprestimos no país - Outras Instituições		10.102.050,80	4.853.084,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.915.466,71	16.204.988,04
Capital Social	17.1	14.301.420,38	13.128.436,83
De Domiciliados No País		14.750.370,84	13.390.619,45
(-) Capital A Realizar		(448.950,46)	(262.182,62)
Reserva de Sobras	17.2 17.3	3.281.341,07	2.768.899,62
Sobras ou Perdas Acumuladas	17.4	332.705,26	307.651,59
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		58.129.393,29	39.598.470,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Walmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	18	4.189.290,25	8.003.488,17	3.527.390,76	6.470.993,90
Operações de Crédito		4.103.985,71	7.798.705,19	3.348.817,79	6.095.877,50
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		10.725,48	30.257,31	30.185,44	62.434,20
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		74.579,06	174.525,67	148.387,53	312.682,20
Dispêndio da Intermediação Financeira	19	(1.428.759,53)	(3.104.086,36)	(1.312.131,75)	(2.122.702,58)
Operações de Captação no Mercado		(131.633,01)	(314.527,76)	(237.329,72)	(484.085,73)
Operações de Empréstimos e Repasses		(195.208,31)	(345.836,61)	(122.836,65)	(156.124,26)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(1.101.918,21)	(2.443.721,99)	(951.965,38)	(1.482.492,59)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.760.530,72	4.899.401,81	2.215.259,01	4.348.291,32
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.214.185,56)	(4.151.153,23)	(2.127.455,87)	(4.037.306,23)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	401.034,09	804.875,35	391.409,45	690.872,31
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	314.330,71	605.469,93	274.141,57	493.352,80
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(1.471.546,78)	(2.813.811,02)	(1.340.517,12)	(2.548.954,57)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(1.389.491,15)	(2.744.165,25)	(1.502.162,61)	(2.789.667,66)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	24	(25.690,50)	(68.167,99)	(23.775,33)	(42.335,56)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	366.894,22	626.904,60	220.145,76	454.364,64
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(373.762,07)	(519.961,11)	(126.127,16)	(253.488,57)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	27	(35.954,08)	(42.297,74)	(20.570,43)	(41.449,62)
Resultado Operacional		546.345,16	748.248,58	87.803,14	310.985,09
Resultado Antes da Tributação e Participações		546.345,16	748.248,58	87.803,14	310.985,09
Imposto de Rendas		545,11	(4.451,11)	(5.159,57)	(7.432,54)
Contribuição Social		545,11	(4.451,11)	(5.159,57)	(7.432,54)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		547.435,38	739.346,36	77.484,00	296.120,01
Destinações Legais e Estatutárias		-	(406.640,50)	-	(162.866,00)
FATES		-	(36.967,32)	-	(14.806,00)
Reserva Legal		-	(295.738,54)	-	(103.642,00)
Outras Destinações Estatutárias		-	(73.934,64)	-	(44.418,00)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		547.435,38	332.705,86	77.484,00	133.254,01
Sobras/Perdas Líquidas	17.4	547.435,38	332.705,86	77.484,00	133.254,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Walmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		547.435,38	739.346,36	77.484,00	296.120,01
Juros ao Capital Recebido		(40.498,02)	(40.498,02)	(80.225,57)	(80.225,57)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(81.866,16)	-	(126.145,65)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		1.101.918,21	2.443.721,99	951.965,38	1.482.492,59
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		80.997,07	125.538,58	45.234,13	73.906,46
Depreciações e Amortizações		71.214,55	139.616,78	74.592,56	150.282,39
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		1.761.067,19	3.325.859,53	1.069.050,50	1.796.430,23
Títulos e Valores Mobiliários		30.097,94	117.795,78	(66.505,13)	(207.479,22)
Relações Interdependências		-	-	-	333.400,00
Operações de Crédito		(9.943.441,74)	(20.318.869,20)	(5.321.724,27)	(12.225.067,32)
Outros Créditos		(19.925,19)	(189.995,44)	7.252,86	(1.222,17)
Outros Valores e Bens		25.875,49	(2.519,95)	26.242,30	12.694,11
Depósitos à Vista		4.330.842,20	6.182.825,35	451.093,04	2.028.179,00
Depósitos à Prazo		1.141.938,54	3.612.640,25	418.264,36	1.864.308,86
Relações Interdependências		237.520,33	265.843,28	3.975,53	(29.335,43)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		3.315.577,65	6.765.045,92	5.787.027,67	5.519.903,29
Outras Obrigações		126.271,24	(122.546,74)	249.993,11	456.233,38
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		(7.514,12)	(7.514,12)	-	(21.202,26)
FATES Sobras Exercício		(36.967,32)	(36.967,32)	(14.806,00)	(14.806,00)
Imposto de Renda		545,11	(4.451,11)	(5.159,57)	(7.432,54)
Contribuição Social		545,11	(4.451,11)	(5.159,57)	(7.432,54)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		962.432,43	(417.304,88)	2.599.544,83	(502.828,61)
Recebimento Dividendos		-	66.543,22	-	119.124,32
Distribuição Sobras da Central		-	15.322,94	-	7.021,33
Recebimento de Juros ao Capital		40.498,02	40.498,02	80.225,57	80.225,57
Aquisição de Intangível		(8.161,90)	(8.161,90)	0,00	(8.679,95)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(49.775,67)	(59.832,42)	(28.903,25)	(94.026,08)
Aquisição de investimentos		(64.390,94)	(165.004,45)	(96.264,19)	(236.460,99)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(81.830,49)	(110.634,59)	(44.941,87)	(132.795,80)
Aumento por Novos Aportes de Capital		945.595,35	1.830.871,43	876.933,64	1.738.430,02
Devolução de Capital à Cooperados		(691.529,28)	(814.329,35)	(296.665,49)	(1.027.547,74)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(928,33)	(928,33)	-	(418,78)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-	-	(51.512,36)
Aumento no Capital por Incorporações		-	-	-	1.025.467,71
Aumento nas Reservas por Incorporações		-	-	-	21.549,62
Sobras/Perdas por incorporações		-	-	-	75.627,55
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		253.137,74	1.015.613,75	580.268,15	1.781.596,02
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.133.739,68	487.674,28	3.134.871,11	1.145.971,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		6.758.691,33	7.404.756,73	4.269.885,62	6.258.785,12
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	7.892.431,01	7.892.431,01	7.404.756,73	7.404.756,73
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.133.739,68	487.674,28	3.134.871,11	1.145.971,61

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Walmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018	11.390.465,87	(122.566,24)	2.234.261,42	548.651,13	14.163.280,27
Ao FATES	-	-	-	(21.202,26)	(21.202,26)
Constituição de Reservas	-	-	148.415,80	(402.842,88)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(51.512,36)	(51.512,36)
Ao Capital	124.187,21	-	-	(124.187,21)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(418,78)	(418,78)
Por Subscrição/Realização	1.878.046,40	(139.616,38)	-	-	1.738.430,02
Por Devolução (-)	(1.027.547,74)	-	-	-	(1.027.547,74)
Reversões de Reservas	-	-	-	150.282,39	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	296.120,01	296.120,01
Movimentações por incorporações	1.025.467,71	-	21.549,62	75.627,55	1.122.644,88
Fundo de Reserva	-	-	103.642,00	(103.642,00)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	(44.418,00)	-
F A T E S	-	-	-	(14.806,00)	(14.806,00)
Saldo em 31/12/2019	13.390.619,45	(262.182,62)	2.507.868,84	307.651,59	16.204.988,04
Ao FATES	-	-	-	(7.514,12)	(7.514,12)
Constituição de Reservas	-	-	52.598,84	(142.768,27)	-
Ao Capital	156.441,47	-	-	(156.441,47)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(928,33)	(928,33)
Por Subscrição/Realização	2.017.639,27	(186.767,84)	-	-	1.830.871,43
Por Devolução (-)	(814.329,35)	-	-	-	(814.329,35)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	739.346,36	739.346,36
Fundo de Reserva	-	-	295.738,54	(295.738,54)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	(73.934,64)	-
F A T E S	-	-	-	(36.967,32)	(36.967,32)
Saldo em 31/12/2020	14.750.370,84	(448.950,46)	2.856.206,22	332.705,26	17.915.466,71
Saldo em 30/06/2019	12.725.590,97	(177.422,29)	2.404.226,84	242.751,20	15.562.041,89
Constituição de Reservas	-	-	-	105.864,39	-
Por Subscrição/Realização	961.693,97	(84.760,33)	-	-	876.933,64
Por Devolução (-)	(296.665,49)	-	-	-	(296.665,49)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	77.484,00	77.484,00
Fundo de Reserva	-	-	103.642,00	(103.642,00)	-
F A T E S	-	-	-	(14.806,00)	(14.806,00)
Saldo em 31/12/2019	13.390.619,45	(262.182,62)	2.507.868,84	307.651,59	16.204.988,04
Saldo em 30/06/2020	14.254.613,90	(363.701,06)	2.507.868,84	499.562,57	17.159.375,03
Ao FATES	-	-	-	(7.514,12)	(7.514,12)
Constituição de Reservas	-	-	52.598,84	(216.702,91)	-
Ao Capital	156.441,47	-	-	(156.441,47)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(928,33)	(928,33)
Por Subscrição/Realização	1.030.844,75	(85.249,40)	-	-	945.595,35
Por Devolução (-)	(691.529,28)	-	-	-	(691.529,28)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	547.435,38	547.435,38
Fundo de Reserva	-	-	295.738,54	(295.738,54)	-
F A T E S	-	-	-	(36.967,32)	(36.967,32)
Saldo em 31/12/2020	14.750.370,84	(448.950,46)	2.856.206,22	332.705,26	17.915.466,71

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Walmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		547.435,38	739.346,36	77.484,00	296.120,01
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente	28	547.435,38	739.346,36	77.484,00	296.120,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rejane Silva de Almeida
Presidente

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Walmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDCOOP LTDA - SICOOB CREDCOOP** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/04/1998**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDCOOP**, sediada em Vitória da Conquista -Ba, possui **3** Postos de Atendimento (PAs) na seguinte localidade: **VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**.

O **SICOOB CREDCOOP** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **12/02/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular BCB nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de

investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Resultado abrangente

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4720 de 30 de maio de 2019, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDCOOP LTDA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros

pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos

valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.x) **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão

constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	502.472,42	510.569,14
Depósitos bancários	129.520,93	258.564,96
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	7.260.437,66	6.635.622,63
TOTAL	7.892.431,01	7.404.756,73

(a) Refere-se exclusivamente à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL BA**, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos, cujos rendimentos auferidos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 174.525,67 e R\$ 312.682,20.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cotas de Renda Fixa	-	147.347,33
Vinculados a Prestação de Garantias	1.097.281,20	1.067.729,65
TOTAL	1.097.281,20	1.215.076,98

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL BA**, com remuneração de, aproximadamente, 98 a 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 30.257,31 e R\$ 62.434,20.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	9.306.285,96	36.438.420,74	45.744.706,70	27.411.538,12
Financiamentos	582.958,86	1.395.642,68	1.978.601,54	1.912.112,69
Total de Operações de Crédito	9.889.244,82	37.834.063,42	47.723.308,24	29.323.650,81
() Provisões para Operações de Crédito	(851.799,21)	(1.404.873,45)	(2.256.672,66)	(1.732.162,44)
TOTAL	9.037.445,61	36.429.189,97	45.466.635,58	27.591.488,37

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	2.749.727,76	35.959,58	2.785.687,34	-	231.763,86	-
A 0,5% Normal	22.384.926,75	451.094,69	22.836.021,44	(114.180,59)	15.167.576,59	(75.837,88)
B 1% Normal	9.265.753,77	411.668,70	9.677.422,47	(96.774,22)	5.591.470,76	(55.914,85)
B 1% Vencidas	98.770,37	-	98.770,37	(98,70)	252.333,00	(2.523,33)
C 3% Normal	5.907.995,94	408.057,60	6.316.053,54	(189.481,61)	3.746.887,40	(112.406,62)
C 3% Vencidas	434.159,68	83.793,53	517.953,21	(15.538,60)	858.694,49	(25.760,83)
D 10% Normal	2.439.795,71	183.065,08	2.622.860,79	(262.286,08)	1.420.051,64	(142.005,16)
D 10% Vencidas	283.210,82	303.690,36	586.901,18	(58.690,12)	196.569,47	(19.656,95)
E 30% Normal	317.379,68	18.418,91	335.798,59	(100.739,58)	340.281,09	(102.084,33)
E 30% Vencidas	256.820,21	19.488,38	276.308,59	(82.892,58)	202.738,27	(60.821,48)
F 50% Normal	193.817,68	-	193.817,68	(96.908,84)	70.020,48	(35.010,24)
F 50% Vencidas	232.005,08	11.748,69	243.753,77	(121.876,89)	145.434,32	(72.717,16)
G 70% Normal	230.532,42	-	230.532,42	(161.372,69)	40.075,49	(28.052,84)
G 70% Vencidas	145.864,45	9.081,20	154.945,65	(108.461,96)	201.277,25	(140.894,07)
H 100% Normal	240.725,91	-	240.725,91	(240.725,91)	127.089,04	(127.089,04)
H 100% Vencidas	563.220,47	42.534,82	605.755,29	(605.755,29)	731.387,66	(731.387,66)
Total Normal	43.730.655,62	1.508.264,56	45.238.920,18	(1.262.469,52)	26.735.216,35	(678.400,96)
Total Vencidas	2.014.051,08	470.336,98	2.484.388,06	(994.203,14)	2.588.434,46	(1.053.761,48)
Total Geral	45.744.706,70	1.978.601,54	47.723.308,24	(2.256.672,66)	29.323.650,81	(1.732.162,44)
Provisões	(2.120.731,24)	(135.941,42)	(2.256.672,66)		(1.732.162,44)	
Total Líquido	43.623.975,46	1.842.660,12	45.466.635,58		27.591.488,37	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	3.560.189,12	5.746.096,84	36.438.420,74	45.744.706,70
Financiamentos	194.223,42	388.735,44	1.395.642,68	1.978.601,54
TOTAL	3.754.412,54	6.134.832,28	37.834.063,42	47.723.308,24

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.558,04	-	3.558,04	0%
Setor Privado - Serviços	6.907.305,48	1.018.104,12	7.925.409,60	17%
Pessoa Física	38.807.844,24	960.497,42	39.768.341,66	83%
Outros	25.998,94	-	25.998,94	0%
TOTAL	45.744.706,70	1.978.601,54	47.723.308,24	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.732.162,44)	(728.875,76)
Constituições/Reversões	(2.229.732,71)	(1.358.602,18)
Transferência para prejuízo	1.705.222,49	355.315,50
TOTAL	(2.256.672,66)	(1.732.162,44)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	438.099,46	1%	408.052,07	1%
10 Maiores Devedores	2.695.273,45	6%	2.714.558,33	9%
50 Maiores Devedores	8.823.235,09	18%	6.927.013,97	24%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.630.986,97	973.312,13
Valor das operações transferidas no período	1.705.222,49	355.315,50
Valor das operações oriundas de incorporação	-	367.572,66
Valor das operações recuperadas no período	124.134,89	(65.213,42)
TOTAL	3.212.074,57	1.630.986,97

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 29.833.751,86** compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	177.397,83	-	133.446,11	-
Rendas a Receber	13.469,84	-	30.788,03	-
Serviços prestados a receber	1.949,42	-	2.136,44	-
Outras rendas a receber	490,73	-	454,14	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	11.029,69	-	28.197,45	-
Diversos	285.272,12	-	79.122,73	-
Adiantamentos e antecipações salariais	2.295,81	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	32.468,92	-	31.127,12	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	5.126,00	-	-	-
Títulos e créditos a receber	57.988,13	-	46.114,47	-
Devedores diversos – país (c)	187.393,26	-	1.881,14	-
Ativos fiscais correntes e diferidos	-	18.409,45	-	15.478,51
(-) Provisões para outros créditos	(133.188,52)	-	(87.470,10)	-
(-) Com características de concessão de crédito (d)	(132.109,75)	-	(86.423,02)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.078,77)	-	(1.047,08)	-
TOTAL	342.951,27	18.409,45	155.886,77	15.478,51

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se substancialmente a remuneração mensal da centralização financeira a receber do Sicoob Central BA referente ao mês de dezembro de 2020.

(c) Refere-se aos valores de diferença de caixa (R\$471,52); pendências a regularizar (R\$16.390,98); seguros contratados a receber (R\$160.000,00); pendências a regularizar – Bancoob (R\$765,45) e transitória portabilidade de crédito (R\$9.765,31).

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30% Normal	21.063,52	21.063,52	(6.319,06)	3.193,43	(958,03)
E	30% Vencidas	26.146,90	26.146,90	(7.844,07)	53.389,55	(16.016,87)
F	50% Vencidas	376,78	376,78	(188,39)	2.630,10	(1.315,05)
G	70% Normal	-	-	-	1.028,18	(719,73)
G	70% Vencidas	40.174,68	40.174,68	(28.122,28)	19.305,03	(13.513,52)
H	100% Normal	-	-	-	9.757,25	(9.757,25)
H	100% Vencidas	89.635,95	89.635,95	(89.635,95)	44.142,57	(44.142,57)
Total Normal		21.063,52	21.063,52	(6.319,06)	13.978,86	(11.435,01)
Total Vencidos		156.334,31	156.334,31	(125.790,69)	119.467,25	(74.988,01)
Total Geral		177.397,83	177.397,83	(132.109,75)	133.446,11	(86.423,02)
Provisões		(132.109,75)	(132.109,75)		(86.423,02)	
Total Líquido		45.288,08	45.288,08		47.023,09	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas	30.175,77	27.655,82
TOTAL	30.175,77	27.655,82

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e suporte técnico de informática.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ações Sicoob Central BA	1.544.439,56	1.445.976,16
Ação Bancoob	1.041.767,69	975.226,64
TOTAL	2.586.207,25	2.421.202,80

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	101.062,64	95.362,64
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(35.490,71)	(26.661,30)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	421.564,87	457.558,63
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(142.853,85)	(135.350,90)
Sistema de Comunicação	10%	39.085,67	39.085,67
Sistema de Processamento de Dados	20%	485.336,80	400.966,98
Sistema de Segurança	10%	198.222,88	217.731,80
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(381.186,49)	(286.777,96)
TOTAL		685.741,81	761.915,56

11. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos intangíveis	81.773,57	73.611,67
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(72.213,62)	(68.603,01)
TOTAL	9.559,95	5.008,66

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	12.471.323,35		6.288.498,00	
Depósito a Prazo	12.845.588,03	0,15%	9.232.947,78	0,34%
TOTAL	25.316.911,38		15.521.445,78	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.043.032,89	4%	669.028,47	4%
10 Maiores Depositantes	5.411.173,79	21%	3.645.391,12	23%
50 Maiores Depositantes	12.047.321,47	48%	7.910.239,45	51%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(114.566,64)	(284.068,87)	(225.873,56)	(462.589,81)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(17.066,37)	(30.458,89)	(11.456,16)	(21.495,92)
TOTAL	(131.633,01)	(314.527,76)	(237.329,72)	(484.085,73)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos em Trânsito de Terceiros – Outros	355.105,00	89.261,72
TOTAL	355.105,00	89.261,72

Referem-se ao convênio de folha de pagamento e consignado com a prefeitura de Vitória da Conquista – BA.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados

junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	102% CDI	2021 a 2025	1.638.109,00	4.002.571,75	1.881.083,53	4.853.084,88
Bancoob	0,14 a 0,18%	2025	1.759.054,53	6.099.479,05	-	-
TOTAL			3.397.163,53	10.102.050,80	1.881.083,53	4.853.084,88

As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 345.836,61 (R\$ 156.124,26 em 2019) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos e Repasses".

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	23.487,02	15.959,47
Sociais e Estatutárias	152.338,78	71.904,02
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	72.625,59	67.723,07
Diversas	794.244,48	893.019,69
TOTAL	1.042.695,87	1.048.606,25

15.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IOF a Recolher	1.028,59	9.030,91
Tributos Estaduais e Municipais	22.458,43	6.928,56
TOTAL	23.487,02	15.959,47

15.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	54.917,15	23.469,55
Cotas de Capital a Pagar (b)	97.421,63	48.434,47
TOTAL	152.338,78	71.904,02

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre lucros a pagar	-	623,95
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	17.811,27	13.616,37
Impostos e contribuições sobre salários	49.443,16	50.363,39
Outros	5.371,16	3.119,36
TOTAL	72.625,59	67.723,07

15.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	913,16	978,04
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	183.114,52	161.519,87
Provisão para Pagamentos a Efetuar	341.456,42	287.045,77
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	97.303,65	55.005,91
Credores Diversos – País (b)	171.456,73	388.470,10
TOTAL	794.244,48	893.019,69

(a) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.865.311,32 (R\$ 2.085.360,67 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Refere-se substancialmente a pendências a regularizar Bancoob (R\$ 94.343,56); créditos de terceiros (R\$ 47.861,81); transitória renegociação dívida – outros acréscimos (R\$ 19.781,53).

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDCOOP** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	14.301.420,38	13.128.436,83
Associados	4.583	4.137

17.2 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40% em 31/12/2020 (35% em 31/12/2019), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. O saldo do fundo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.856.206,22.

17.3 Reserva de Expansão

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 10% em 31/12/2020 (15% em 31/12/2019), cuja constituição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária. É utilizada para aquisição de bens para o

ativo permanente da Cooperativa e aquisição do imóvel para estabelecimento da Sede Própria, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 425.134,85.

17.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na AGO realizada em 27 de julho de 2020, ficou definido que o total das sobras à disposição da assembleia, no montante de R\$ 307.651,59, seria destinado da seguinte maneira: a) R\$ 52.598,84 para o Fundo de Reserva, R\$ 7.514,12 para o FATES, R\$ 90.169,43 para a Reserva de Expansão e R\$ 157.369,20 distribuídos aos associados e integralizados ao capital social na proporção direta de suas operações ativas e passivas realizadas com a cooperativa.

17.5 Destinações estatutárias e legais

No exercício foi apurado resultado negativo com atos não cooperativos, o valor integral das sobras líquidas do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida, base de cálculo das Destinações	739.346,36	296.120,01
Destinações estatutárias	(406.640,50)	(162.866,00)
Reserva Legal – 40% (2020) e 35% (2019)	(295.738,54)	(103.642,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(36.967,32)	(14.806,00)
Reserva de Expansão – 10% (2020) e 15% (2019)	(73.934,64)	(44.418,00)
Sobra Líquida do Exercício	332.705,86	133.254,01
Reversões de reservas para Sobras Acumuladas	-	150.282,39
Sobras Acumuladas Oriundas da Incorporação	-	24.115,19
Sobra à disposição da Assembleia Geral	332.705,86	307.651,59

18. Ingressos /Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	8.622,57	16.407,08	10.597,73	16.923,02
Rendas De Empréstimos	3.667.221,39	6.948.379,64	3.034.438,11	5.553.133,97
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	82.053,41	159.893,46	51.237,85	73.508,47
Rendas De Financiamentos	186.980,37	377.123,08	162.598,09	285.964,63
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	159.107,97	296.901,93	89.946,01	166.347,41
Resultado de Op. Com Tit. e Val. Mobil. e Inst. Financeiros	10.725,48	30.257,31	30.185,44	62.434,20
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	74.579,06	174.525,67	148.387,53	312.682,20
TOTAL	4.189.290,25	8.003.488,17	3.527.390,76	6.470.993,90

19. Dispendio da intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(131.633,01)	(314.527,76)	(237.329,72)	(484.085,73)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(195.208,31)	(345.836,61)	(122.836,65)	(156.124,26)
Provisões/ Reversão para Operações de Crédito	(1.015.607,76)	(2.229.732,71)	(877.159,42)	(1.364.186,94)
Provisões/Reversão para Outros Créditos	(86.310,45)	(213.989,28)	(74.805,96)	(118.305,65)
TOTAL	(1.428.759,53)	(3.104.086,36)	(1.312.131,75)	(2.122.702,58)

20. Receitas (Ingressos) de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	155.281,52	324.514,37	164.691,70	290.595,90
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	224.550,13	440.927,79	211.365,20	373.012,17
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	21.202,44	39.433,19	15.352,55	27.264,24
TOTAL	401.034,09	804.875,35	226.717,75	400.276,41

21. Rendas (Ingressos) de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	117.099,60	228.162,00	104.281,70	181.403,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	44.291,56	87.058,16	45.324,16	88.269,54
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	336,52	1.721,93	881,35	1.078,27
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	152.603,03	288.527,84	123.654,36	222.601,49
TOTAL	314.330,71	605.469,93	274.141,57	493.352,80

22. Despesas (Dispêndios) de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(11.663,82)	(23.327,64)	(11.663,82)	(23.080,41)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(177.826,39)	(351.244,55)	(173.938,20)	(332.421,78)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(341.927,72)	(695.385,38)	(336.552,92)	(636.603,88)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(228.872,24)	(444.724,13)	(216.390,08)	(422.039,01)
Despesas de Pessoal - Proventos	(680.670,22)	(1.229.795,98)	(559.568,11)	(1.059.228,87)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.516,40)	(10.323,35)	(11.254,00)	(24.188,96)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(28.069,99)	(59.009,99)	(31.149,99)	(51.391,66)
TOTAL	(1.471.546,78)	(2.813.811,02)	(1.340.517,12)	(2.548.954,57)

23. Despesas (Dispêndios) administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(20.371,93)	(45.881,97)	(22.119,87)	(43.912,84)
Despesas de Aluguéis	(103.422,04)	(207.552,14)	(111.629,10)	(218.606,23)
Despesas de Comunicações	(50.275,50)	(103.085,87)	(51.354,38)	(97.010,40)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(35.429,90)	(49.826,82)	(8.551,96)	(10.791,81)
Despesas de Material	(7.930,46)	(19.413,14)	(6.616,66)	(19.118,41)
Despesas de Processamento de Dados	(126.531,38)	(255.257,50)	(152.571,98)	(258.372,12)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(39.197,37)	(84.547,62)	(42.900,45)	(78.642,67)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.337,23)	(19.138,47)	(36.375,46)	(51.309,76)
Despesas de Publicações	-	-	-	(1.120,00)
Despesas de Seguros	(13.493,05)	(26.420,68)	(11.272,64)	(22.063,44)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(204.896,33)	(440.986,62)	(225.461,41)	(416.818,69)
Despesas de Serviços de Terceiros	(75.161,21)	(139.535,87)	(65.743,25)	(182.467,75)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(43.702,09)	(85.373,25)	(42.587,48)	(83.901,35)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(85.528,81)	(149.383,77)	(149.898,27)	(205.492,99)
Despesas de Transporte	(68.595,60)	(130.497,59)	(75.030,70)	(149.075,16)
Despesas de Viagem no País	-	(16.651,39)	(37.741,41)	(78.193,59)
Despesas de Amortização	(1.942,08)	(3.610,61)	(2.597,18)	(13.954,92)
Despesas de Depreciação	(69.272,47)	(136.006,17)	(71.995,38)	(136.327,47)
Outras Despesas Administrativas	(48.901,59)	(88.210,12)	(78.980,79)	(143.123,75)
Emolumentos judiciais e cartorários	(88.028,00)	(107.135,84)	(28.133,18)	(41.882,18)
Contribuição a OCE	(14.328,73)	(28.657,45)	-	(0,05)
Rateio de despesas da Central	(246.275,37)	(530.433,81)	(245.386,03)	(470.551,24)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(35.870,01)	(76.558,55)	(35.215,03)	(66.930,84)
TOTAL	(1.389.491,15)	(2.744.165,25)	(1.502.162,61)	(2.789.667,66)

24. Despesas (Dispêndios) Tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas tributárias	(4.992,12)	(26.145,05)	(2.945,28)	(4.058,73)
Desp. Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza-ISS	(4.490,81)	(8.841,52)	(4.227,34)	(7.453,68)
Desp. Contribuição ao COFINS	(9.484,11)	(19.590,98)	(9.942,09)	(17.894,11)
Desp. Contribuição ao PIS/PASEP	(6.723,46)	(13.590,44)	(6.660,62)	(12.929,04)
TOTAL	(25.690,50)	(68.167,99)	(23.775,33)	(42.335,56)

25. Outras receitas (Ingressos) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	26.923,29	33.886,31	5.252,12	20.989,26
Dividendos	-	66.543,22	-	119.124,32
Deduções e abatimentos	1.102,99	1.374,19	424,49	2.909,87
Distribuição de sobras da central	-	15.322,94	-	7.021,33
Juros capital - central	40.498,02	40.498,02	80.225,57	80.225,57
Outras rendas operacionais	161.616,29	164.885,30	4.531,82	7.717,61
Rendas oriundas de cartões de crédito	136.753,63	304.394,62	129.711,76	216.376,68
TOTAL	366.894,22	626.904,60	220.145,76	454.364,64

26. Outras despesas (Dispêndios) operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(1.859,72)	-	-
Outras Despesas Operacionais (a)	(293.202,19)	(386.719,80)	(84.412,60)	(177.845,23)
Descontos concedidos - operações de crédito	(16.826,27)	(17.508,30)	(1.376,46)	(1.424,02)
Cancelamento - tarifas pendentes	(63.733,61)	(113.873,29)	(40.338,10)	(74.219,32)
TOTAL	(373.762,07)	(519.961,11)	(126.127,16)	(253.488,57)

(a) Composto substancialmente por perdas (R\$189.819,95), contribuição aos fundos (R\$22.293,31) e custos com portabilidade (R\$ 59.933,21).

27. Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Garantias Financeiras Prestadas	(80.997,07)	(125.538,58)	(45.234,13)	(73.906,46)
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	45.042,99	83.240,84	24.663,70	32.456,84
TOTAL	(35.954,08)	(42.297,74)	(20.570,43)	(41.449,62)

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	197.634,44	0,3116%	419,54
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	541.078,34	0,8530%	1.848,10
TOTAL	738.712,78	1,1646%	2.267,64
Montante das Operações Passivas	1.684.098,08	10,9647%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	6.593,43	1,67	2,8840%
Conta Garantida	10.150,41	101,50	3,4702%
Empréstimos	367.112,01	2.187,45	0,8218%
Financiamentos	35.959,58	0,00	1,8174%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	320.859,85	2,5911%	0%
Depósitos a Prazo	1.925.357,95	14,9885%	0,1573%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,4544%	56,6187%
Financiamentos Rurais - repasses	1,0500%	24,8333%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,6825% do CDI	148,9237%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,8137%
Aplicações Financeiras	10,9647%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	9.930,21
Empréstimos	820.826,04
Financiamentos	231.663,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
	154.440,23	117.419,24

f) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS	31/12/2020	31/12/2019
Honorários – Cédula de presença Conad	(49.895,23)	(44.892,31)
Honorários – Diretoria	(271.099,08)	(257.407,38)
Gratificações – Diretoria	(30.250,02)	(30.122,02)
Encargos Sociais	(74.889,18)	(71.100,58)
Alimentação	(43.478,82)	(19.331,04)
Seguros	(676,91)	(720,00)
Assistência Médica	(37.674,60)	(14.110,39)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

Descrição	Saldo em 31/12/2020
Conselho de administração	233.939,77
Diretoria	93.606,20

29. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDCOOP LTDA - SICOOB CREDCOOP, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDCOOP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 30/06/2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 31 de julho de 2020 com opinião sem modificação.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para

os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

301.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência

de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	43.761.940,47	29.092.484,33
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	15.463.514,09	13.918.720,81
Índice de Basileia %	35,34%	47,84%
Razão de Alavancagem (RA) %	26,17%	34,53%
Índice de imobilização %	4,43%	5,47%

33. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDCOOP, existem processos judiciais de natureza cível nos quais a cooperativa figura como polo passivo, que foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 91.221,84.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

34. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o

exercício de 2020 totalizaram R\$ 9.044,78 (R\$ 6.417,61 em 2019).

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, 31 de dezembro de 2020

José Rodrigues Jones Neto
Diretor de Relacionamento

Jeandro Silva Oliveira
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº: 023450/O-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Sicoob Credcoop Ltda.

Vitória da Conquista/BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Sicoob Credcoop Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credcoop em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a

administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 23 de março de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1 - O Conselho Fiscal do Sicoob Credcoop – Cooperativa de Crédito Sicoob Credcoop Ltda, com finalidade de atender ao que determina o Estatuto Social da Cooperativa, declara, por seus membros abaixo assinados, que examinou o Balanço referente ao exercício de 2020;
- 2 - Os exames foram feitos por meio de verificação das Demonstrações Contábeis e pela conferência das principais contas;
- 3 - Na opinião do Conselho Fiscal, embasado pelo Relatório dos Auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, emitido em 23 de março de 2021, as Demonstrações Contábeis referidas representam adequadamente a situação financeira da cooperativa, deferindo, portanto, pela aprovação do Balanço do exercício de 2020;
- 4 - O Conselho Fiscal recomenda o encaminhamento deste parecer à Assembleia Geral Ordinária para conhecimento e deliberação.

Vitória da Conquista – BA, 31 de março de 2021.

Manoel Tavares da Silva Filho
Conselheiro Efetivo

Sandra Núbia C. Barros
Coordenadora

Maria Delma Ribeiro Gonçalves
Secretária

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Rejane Silva de Almeida

Vice-Presidente: Juliano Azevedo Paim

Diretor Administrativo: Jeandro Silva Oliveira

Diretor Operacional: José Rodrigues Jones Neto

Conselheiro: Hamilton Moreira Santana

Conselheiro: Lourival Ferreira dos Santos Júnior

Conselheira: Silvânia Brito Araújo

Conselheiro: Julivaldo Batista dos Santos

Conselheiro: Márcio Santos Aguiar

Conselheira: Adriana Ferraz Chaves Meira

Conselheiro: Allen Krysthiano S. Figueiredo

CONSELHO FISCAL

Secretária: Maria Delma Ribeiro Gonçalves

Conselheiro Efetivo: Manoel Tavares da Silva Filho

Coordenadora: Sandra Núbia Campanha Barros

Conselheiro Suplente: Juraci Fernandes de Oliveira Junior

Conselheiro Suplente: Fabrício Araújo Medeiros Silva

Conselheira Suplente: Arlete Rocha Miranda Doria

O CRÉDITO CONSIGNADO DO SICOOB AGORA É DIGITAL.



Empréstimo sujeito a análise e aprovação de crédito.

MAIS SIMPLES, MAIS FÁCIL E MAIS RÁPIDO.

Seja para o que você planejou ou para o que apareceu de repente, resolva tudo na velocidade do clique. Contrate o Crédito Consignado do Sicoob pelo app ou Internet Banking.

- Parcelas descontadas na folha de pagamento.
- Taxas atrativas e prazos maiores.
- Sem avalista.

Entre em contato com a sua cooperativa e conheça os convênios disponíveis.



RELATÓRIO ANUAL 2020

Agência 00

Praça Joaquim Correia, 55, Centro
(no pátio da Prefeitura Municipal).

 (77) 2101-3420

Agência 02

Avenida Presidente Vargas, 67,
Praça Gerson Sales, Alto Maron.

 (77) 2101-3402

Agência 03

Módulo da Secretaria Geral de
Cursos da Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia – Uesb, 1º andar.

 (77) 2101-3403

 @sicoobcredcoop

 /sicoob-credcoop

 /sicoobcredcoop